



RELATÓRIO ANUAL 2021

 **SICOOB**
Cred Executivo

A CADA DIA NOS TORNAMOS MAIS FORTES. AGORA SOMOS A 2ª MAIOR REDE DE ATENDIMENTO DO BRASIL



Hoje, de norte a sul do Brasil, mais de 3,4 mil pontos de atendimento oferecem as melhores soluções em produtos e serviços financeiros e levam prosperidade para todas as regiões do país, inclusive às que mais precisam. É que aqui, o atendimento físico cresce junto com o digital: tudo para que, de onde você estiver, também nunca pare de crescer.

 **SICOOB**
Faça parte.

Central de Atendimento – Atendimento 24 horas
Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111
Demais localidades: 0800 642 0000
Ouvidoria
De segunda a sexta, das 08h às 20h: 0800 725 0996
Deficientes auditivos ou de fala
De segunda a sexta: 0800 940 0458



Missão

Promover soluções, experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.



Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidades.



Valores

- Respeito e valorização da pessoa;
- Ética e integridade;
- Excelência e eficiência;
- Liderança responsável;
- Cooperativismo e sustentabilidade;
- Inovação e simplicidade.



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.





CONHEÇA OS NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O Sicoob oferece todos os produtos e serviços financeiros, só que de um jeito bem diferente: ele compartilha os resultados com os cooperados, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.

Pessoa Física

- Contas
- Cartões
- Crédito
- Investimentos
- Previdência
- Seguros
- Consórcio
- Serviços

Pessoa Jurídica

- Contas
- Cartões
- Crédito
- Investimentos
- Seguros
- Consórcios
- Serviços
- Pagamentos
- Recebimentos



CONHEÇA OS NOSSOS APLICATIVOS E CANAIS DIGITAIS

A nossa cooperação também é digital. A gente te ajuda a cuidar das suas finanças, com toda praticidade e a melhor tecnologia.

- **Internet Banking**

- **Redes Sociais**

- **Sicoob (App)**

Abra sua conta ou da sua empresa, consulte e contrate produtos, e realize diversas transações financeiras direto do seu celular

- **Sicoob Maps (App)**

Envie de forma simples, rápida e segura, os pontos que formam a área do agronegócio (gleba) a ser financiada pela cooperativa.

- **Moob (App)**

Tenha acesso aos principais dados da sua cooperativa, receba e gerencie convites para eventos, negocie bens publicados e muito mais.

- **Coopcerto (App)**

Consulte saldo, extrato e pesquise a rede de aceitação para cartões de benefício Coopcerto

- **Sicoob Poupança (App)**

Acesse sua poupança, confira o saldo, faça investimentos, pague e receba usando o Pix e muito mais

- **Sicoobcard (App)**

Tenha a gestão das compras realizadas com o seu cartão de crédito na palma da mão

- **Coopera (App)**

A cada compra usando o seu Sicoobcard, você acumula pontos para trocar por mais de 10 mil opções de produtos, viajar, pagar contas e muito mais

- **Sipag (App)**

Gerencie seu negócio direto pelo celular e tenha acesso a diversas funcionalidades que facilitam o seu dia a dia.

SUMÁRIO

7

Mensagem da
Administração

9

Nossos Indicadores

13

Relatório da
Administração

21

Demonstrações
Contábeis

26

Notas Explicativas

59

Opinião da Auditoria
de Cooperativa

63

Parecer do
Conselho Fiscal

65

Destaques de 2021

71

Somando forças para
cooperar de dentro
para fora

74

Nossa
Governança



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

“Realizamos mais do que sonhamos, só nos resta sonhar mais alto”

O Sicoob Cred Executivo completou em 08/10/2021, vinte e dois anos de fundação, 20 deles de atividade operacional e 19 de resultados anuais positivos ininterruptos. Após um ciclo virtuoso de metas e resultados nos últimos quatro anos, 2017/2020, sendo o último deste período em plena Pandemia, 2021 caracterizou-se como um ano atípico, de baixo crescimento e resultados bem aquém dos projetados, consequência direta de uma conjunção de fatores externos não controláveis. O retorno da Inflação e a Taxa Selic ajustada em velocidade sem precedentes, impactaram significativamente na nossa operação. Medidas duras tiveram que ser adotadas, projetos tiveram de ser adiados, ventos desfavoráveis se instalaram, calmaria na carteira consignada e tempestade no custo da captação, afetaram negativamente nossos indicadores de eficiência, spread e rentabilidade.

Mesmo em anos difíceis, realizamos coisas relevantes, afinal, essa é a nossa pegada, nossa Cultura Organizacional. Em 2021 não foi diferente, destacamos entre estas, o cumprimento de parte do nosso plano de expansão, com as aberturas dos nossos PA's de Vitória da Conquista e Lauro de Freitas. Nossos projetos sociais, frutos do 7º Princípio Cooperativista, que prega a "Preocupação com a Comunidade"; "Sicoob Coopersementes" e de "Apoio à Gestão da ABAE" (Associação Bahiana de Equoterapia), conquistaram o Selo do Instituto Sicoob, reconhecimento nacional sistêmico, que traduz nosso compromisso e atitude, com as demandas inclusivas dos membros mais carentes da nossa sociedade.

Sabemos que em 2022, os desafios serão ainda maiores, mas a capacidade adaptativa é uma das virtudes das Organizações Cooperativistas, pois nasceram das adversidades! Somos gestores de riscos por afinidade e guerreiros por vocação, "pedras no caminho sempre haverá, poderemos remove-las se possível, se não, as contornaremos e seguiremos em frente".

Concluindo, agradecemos os dirigentes e assessores das entidades públicas e privadas, com os quais mantemos parceria institucional, pela confiança e disponibilidade. Aos Sistemas, Sicoob Central Ba e Oceb/Sescoop, através de suas lideranças e respectivas equipes, por apoiar e conduzir projetos que transformaram nossa realidade. Aos membros do nosso Conselho Fiscal, por fiscalizar e verificar a conformidade no cumprimento das Leis, Decretos, Resoluções, Políticas Institucionais, Normativos, e monitorar o cumprimento das nossas metas. A nossa equipe de colaboradores, competente e comprometida, nosso eterno reconhecimento. Aos nossos Delegados, legítimos representantes dos nossos cooperados, razão da existência do Sicoob Cred Executivo, por confiarem no engajamento e capacidade realizadora dos órgãos de Governança, nossa imensa gratidão.

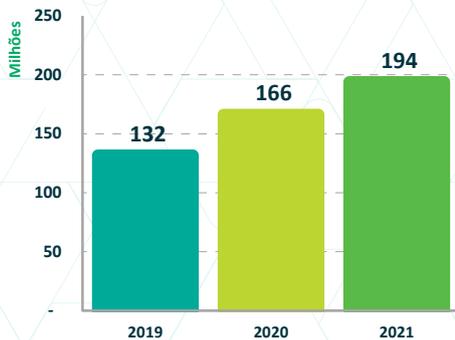


NOSSOS INDICADORES

Mesmo diante de um cenário desafiador em decorrência da pandemia de Covid-19, tivemos um desempenho eficaz referente à Carteira de Depósitos, que atingiu a cifra de R\$ 138 milhões em 2021, um crescimento de 26% em relação ao ano anterior. Alcançamos 194 milhões em Ativos, um crescimento de 17% em relação a 2020.

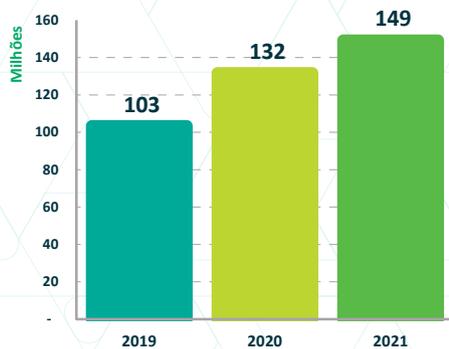


NOSSOS INDICADORES



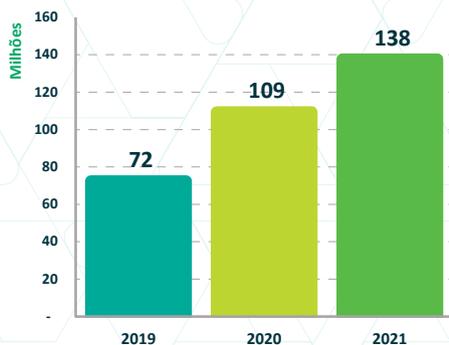
Ativos

Incremento 2021/2020: 17%
Variação 2021/2019: 47%



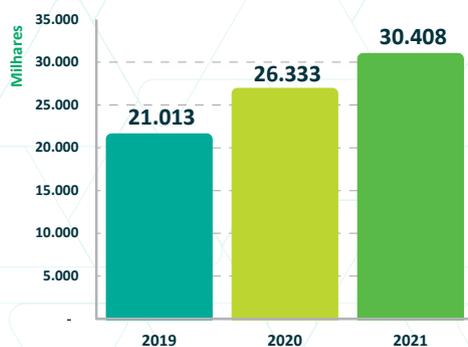
Carteira de Crédito

Incremento 2021/2020: 13%
Variação 2021/2019: 44%



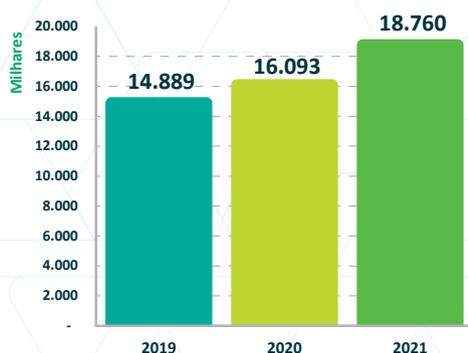
Carteira de Depósitos

Incremento 2021/2020: 26%
Variação 2021/2019: 90%



Patrimônio Líquido

Incremento 2021/2020: 15%
 Variação 2021/2019: 45%



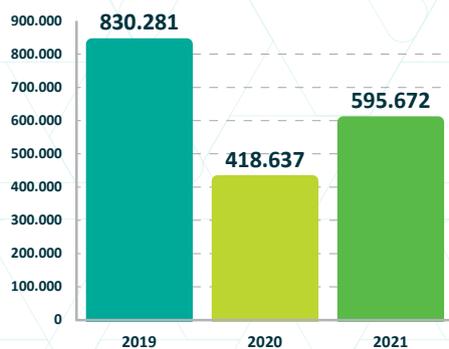
Capital Social

Incremento 2021/2020: 17%
 Variação 2021/2019: 26%



Sobras Brutas

Incremento 2021/2020: -41%
 Variação 2021/2019: 1%



Juros ao Capital

Incremento 2021/2020: 42%
 Variação 2021/2019: -28%

Tx. Selic: 5,90 2,76 9,25



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 8 de outubro de 2021 o SICOOB CRED EXECUTIVO completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.



Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Cooperativa de Crédito do Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda. – SICOOB CRED EXECUTIVO, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 8 de outubro de 2021 o SICOOB CRED EXECUTIVO completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CRED EXECUTIVO obteve um resultado positivo de R\$ 2.725.627,83 (sem destinações do período) apresentando uma rentabilidade Patrimonial de 8,96%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 41.076.798,83. Por sua vez a carteira de créditos bruta representava R\$ 149.248.622,07 (sem provisão).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$	149.248.622,07	100%
Total	R\$	149.248.622,07	100%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 6,81% da carteira, no montante de R\$ 10.161.712,95.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 137.587.733,61, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior 25,84%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$	25.899.714,89	19%
Depósitos a Prazo	R\$	111.688.018,72	81%
Total	R\$	137.587.733,61	100%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 43,67% da captação, no montante de R\$ 60.081.948,34.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CRED EXECUTIVO na data-base de 31/12/2021 era de R\$ 26.468.943,47. O quadro de associados na mesma data está composto por 6.951 cooperados, havendo um acréscimo de 26,45% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do Rating (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CRED EXECUTIVO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião dos delegados (representantes eleitos pelos associados), o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda a Área de Controles Internos e Riscos, subordinada ao Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento contínuo de riscos e supervisionada diretamente pela Gerência de Supervisão, Controles Internos e Riscos do SICOOB CENTRAL BA.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adotou o Manual de Crédito, aprovado, como os demais manuais de instruções, pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, Regimento Interno da Diretoria Executiva e Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.



Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL BA, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Pacto de Ética

Em 2010, a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob (Sicoob Confederação), em esforço direcionado para o alinhamento dos valores éticos comuns entre os entes do Sicoob, implantou o Código de Ética do Sicoob. O Sicoob Cred Executivo deu conhecimento a todos componentes da estrutura organizacional, em especial a conselheiros, dirigentes, empregados, estagiários, bem como incluiu a leitura do Código de Ética como parte integrante do procedimento operacional de admissão de empregados e estagiários.

Em 2021, o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) instituiu o Pacto de Ética do Sicoob, que busca ser genuinamente um pacto, harmonizar os valores pessoais e profissionais das pessoas que compõem a estrutura organizacional das entidades do Sicoob com os padrões de conduta e os valores éticos, morais, legais, normativos e os bons costumes reconhecidos como entidade institucional do Sicoob.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Ouvidoria do SICOOB CRED EXECUTIVO registrou 62 (sessenta e duas) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia elogios, reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

As reclamações consideradas procedentes, foram solucionadas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

12.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.



Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

12.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

12.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

12.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Salvador/BA, 31 de dezembro de 2021.

Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda.
SICOOB CRED EXECUTIVO

Petronio Alberto da Fonseca
Presidente do Conselho de Administração

Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 25/03/2022.



BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA.

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		194.032.867,73	166.328.891,37
DISPONIBILIDADES	4	1.524.291,58	482.843,90
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		190.867.986,14	162.515.594,55
Relações Interfinanceiras		41.076.798,83	30.530.083,43
Centralização Financeira	4	41.076.798,83	30.530.083,43
Operações de Crédito	5	149.248.622,07	131.785.401,79
Outros Ativos Financeiros	6	542.565,24	200.109,33
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(3.488.823,47)	(2.508.387,34)
(-) Operações de Crédito	5	(3.368.836,62)	(2.437.190,99)
(-) Outras	7.b	(119.986,85)	(71.196,35)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	192.578,79	111.903,71
OUTROS ATIVOS	9	141.669,63	1.802.469,04
INVESTIMENTOS	10	4.117.631,63	3.331.134,07
IMOBILIZADO DE USO	11	1.529.191,80	1.293.199,26
INTANGÍVEL	12	251.104,36	251.104,36
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(1.102.762,73)	(950.970,18)
TOTAL DO ATIVO		194.032.867,73	166.328.891,37
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		194.032.867,73	166.328.891,37
DEPÓSITOS	13	137.587.733,61	109.334.103,48
Depósitos à Vista		25.899.714,89	19.356.778,02
Depósitos Sob Aviso		2.524.991,04	3.318.766,31
Depósitos à Prazo		109.163.027,68	86.658.559,15
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		23.997.713,37	28.810.718,44
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	1.620.281,86	248.624,22
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	21.959.111,58	28.200.521,93
Outros Passivos Financeiros	16	418.319,93	361.572,29
PROVISÕES	18	97.120,47	60.138,05
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	194.307,61	167.698,09
OUTROS PASSIVOS	20	1.748.054,18	1.622.897,91
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.407.938,49	26.333.335,40
CAPITAL SOCIAL	21.1	18.760.475,32	16.093.450,39
RESERVAS DE SOBRAS	21.2	10.839.137,26	8.931.197,78
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.3	808.325,91	1.308.687,23
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		194.032.867,73	166.328.891,37

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Valmir Lima Silva
Contador - CRC BA 023450/O-3

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA.

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	10.825.037,66	20.028.399,78	17.612.755,61
Operações de Crédito		9.615.351,33	18.404.915,00	16.911.711,93
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	1.209.686,33	1.623.484,78	701.043,68
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(5.578.849,12)	(8.263.819,15)	(4.686.796,22)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(3.575.825,70)	(4.872.277,75)	(2.067.730,02)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.b	(986.284,75)	(1.594.924,08)	(1.382.331,43)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.016.738,67)	(1.796.617,32)	(1.236.734,77)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.246.188,54	11.764.580,63	12.925.959,39
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.314.353,02)	(8.406.297,97)	(7.262.483,68)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	800.869,11	1.598.798,94	1.100.925,14
Rendas de Tarifas	26	475.438,74	772.625,93	703.639,27
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(3.425.471,37)	(6.602.198,78)	(5.380.522,56)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(2.204.599,94)	(4.274.336,13)	(3.558.160,46)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(140.596,16)	(234.223,16)	(181.736,29)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	460.809,24	927.692,34	608.513,33
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(280.802,64)	(594.657,11)	(555.142,11)
PROVISÕES	32	(27.203,29)	(36.982,42)	(10.090,17)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(27.203,29)	(36.982,42)	(10.090,17)
RESULTADO OPERACIONAL		904.632,23	3.321.300,24	5.653.385,54
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		904.632,23	3.321.300,24	5.653.385,54
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		43.704,83	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		22.815,52	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		20.889,31	-	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		948.337,06	3.321.300,24	5.653.385,54
JUROS AO CAPITAL	22	(380.130,47)	(595.672,41)	(418.636,65)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		568.206,59	2.725.627,83	5.234.748,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Valmir Lima Silva
Contador - CRC BA 023450/O-3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA.

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	34	948.337,06	3.321.300,24	5.653.385,54
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		948.337,06	3.321.300,24	5.653.385,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Valmir Lima Silva
Contador - CRC BA 023450/O-3



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA.

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	15.047.393,18	(158.288,99)	5.266.873,56	857.501,61	21.013.479,36
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	4.412,53	-	-	(857.501,61)	(853.089,08)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.342.120,61	(66.759,00)	-	0,00	2.275.361,61
Por Devolução (-)	(1.486.435,50)	-	-	0,00	(1.486.435,50)
Estorno de Capital	(735,10)	-	-	0,00	(735,10)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	5.653.385,54	5.653.385,54
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(418.636,65)	(418.636,65)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	411.742,66	-	-	-	411.742,66
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	3.664.324,22	(3.664.324,22)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(261.737,44)	(261.737,44)
Saldos em 31/12/2020	16.318.498,38	(225.047,99)	8.931.197,78	1.308.687,23	26.333.335,40
Saldos em 31/12/2020	16.318.498,38	(225.047,99)	8.931.197,78	1.308.687,23	26.333.335,40
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	1.298.594,63	-	-	(1.308.687,23)	(10.092,60)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.771.291,97	(156.848,42)	-	-	2.614.443,55
Por Devolução (-)	(1.833.059,63)	-	-	-	(1.833.059,63)
Estorno de Capital	(1.700,00)	-	-	-	(1.700,00)
Reversões de Fundos	-	-	-	126.918,95	126.918,95
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	3.321.300,24	3.321.300,24
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(595.672,41)	(595.672,41)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	588.746,38	-	-	-	588.746,38
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	1.907.939,48	(1.907.939,48)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(136.281,39)	(136.281,39)
Saldos em 31/12/2021	19.142.371,73	(381.896,41)	10.839.137,26	808.325,91	30.407.938,49
Saldos em 30/06/2021	18.073.401,54	(303.355,41)	8.931.197,78	2.157.421,24	28.858.665,15
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.522.389,92	(78.541,00)	-	-	1.443.848,92
Por Devolução (-)	(1.040.586,11)	-	-	-	(1.040.586,11)
Estorno de Capital	(1.580,00)	-	-	-	(1.580,00)
Reversões de Fundos	-	-	-	126.918,95	126.918,95
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	948.337,06	948.337,06
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(380.130,47)	(380.130,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	588.746,38	-	-	-	588.746,38
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	1.907.939,48	(1.907.939,48)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(136.281,39)	(136.281,39)
Saldos em 31/12/2021	19.142.371,73	(381.896,41)	10.839.137,26	808.325,91	30.407.938,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Valmir Lima Silva
Contador - CRC BA 023450/O-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA.

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	904.632,23	3.321.300,24	5.653.385,54
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	(114.796,62)	(114.796,62)	(57.791,55)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(105.602,27)	(99.749,99)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.016.738,67	1.796.617,32	1.236.734,77
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	27.203,29	36.982,42	10.090,17
Depreciações e Amortizações	77.088,17	151.792,55	139.791,91
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	1.910.865,74	5.086.293,64	6.882.460,85
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(7.554.232,23)	(18.160.897,08)	(28.913.881,83)
Outros Ativos Financeiros	(255.642,75)	(460.960,30)	(90.776,10)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(84.063,94)	(80.675,08)	(37.944,11)
Outros Ativos	28.299,92	1.660.799,41	(1.525.709,29)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	1.980.113,57	6.542.936,87	7.322.193,69
Depósitos sob Aviso	(10.075,99)	(793.775,27)	(22.318,44)
Depósitos à Prazo	18.570.313,15	22.504.468,53	29.595.089,32
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	293.722,99	1.371.657,64	248.624,22
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(10.401.898,20)	(6.241.410,35)	(8.636.634,52)
Outros Passivos Financeiros	306.396,03	56.747,64	35.532,49
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	30.954,12	26.609,52	28.509,41
Outros Passivos	(1.070.115,26)	(470.516,14)	178.727,65
FATES - Atos Cooperativos	(136.281,39)	(136.281,39)	(261.737,44)
Imposto de Renda	22.815,52	-	-
Contribuição Social	20.889,31	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.652.060,59	10.904.997,64	4.802.135,90
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	25.130,54	66.564,72
Distribuição de Sobras da Central	-	80.471,73	33.185,27
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	114.796,62	114.796,62	57.791,55
Aquisição de Intangível	-	-	(14.092,31)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(131.480,11)	(235.992,54)	(113.833,37)
Aquisição de Investimentos	(533.934,06)	(786.497,56)	(342.149,40)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(550.617,55)	(802.091,21)	(312.533,54)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.443.848,92	2.614.443,55	2.275.361,61
Devolução de Capital à Cooperados	(1.040.586,11)	(1.833.059,63)	(1.486.435,50)
Estorno de Capital	(1.580,00)	(1.700,00)	(735,10)
Distribuição de sobras para associados	-	(10.092,60)	(853.089,08)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	588.746,38	588.746,38	411.742,66
Reversões de Fundos	126.918,95	126.918,95	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	1.117.348,14	1.485.256,65	346.844,59
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.218.791,18	11.588.163,08	4.836.446,95
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	38.382.299,23	31.012.927,33	26.176.480,38
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	42.601.090,41	42.601.090,41	31.012.927,33
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.218.791,18	11.588.163,08	4.836.446,95

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Valmir Lima Silva
Contador - CRC BA 023450/O-3



NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA - SICOOB CRED EXECUTIVO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 08/10/1999, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL BA e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CRED EXECUTIVO, sediado à 2ª AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, Nº 260, CENTRO, SALVADOR - BA, possui 8 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SALVADOR - BA, FEIRA DE SANTANA - BA, VITÓRIA DA CONQUISTA – BA e LAURO DE FREITAS - BA.

O SICOOB CRED EXECUTIVO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 25/03/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, destaque para as despesas de provisões e retiradas dos valores de destinações legais e estatutárias, conforme modelo sistêmico, sendo estes valores apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.



Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.



j) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

l) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	1.524.291,58	482.843,90
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	41.076.798,83	30.530.083,43
TOTAL	42.601.090,41	31.012.927,33

a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata composto por: Caixa e Numerário em trânsitos (R\$1.515.697,33) e Depósitos Bancários (R\$8.594,25).

b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL BA conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.209.686,33	1.623.484,78	701.043,68



5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
AD; Empréstimos e Títulos Descontados	26.765.663,52	114.506.069,65	141.271.733,17	20.898.224,27	107.937.926,08	128.836.150,35
Financiamentos	1.828.838,43	6.148.050,47	7.976.888,90	851.403,43	2.097.848,01	2.949.251,44
Total de Operações de Crédito	28.594.501,95	120.654.120,12	149.248.622,07	21.749.627,70	110.035.774,09	131.785.401,79
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.110.720,02)	(2.258.116,60)	(3.368.836,62)	(695.352,04)	(1.741.838,95)	(2.437.190,99)
TOTAL	27.483.781,93	118.396.003,52	145.879.785,45	21.054.275,66	108.293.935,14	129.348.210,80

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Ad/Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	25.534.456,12	1.783.819,58	27.318.275,70		22.997.970,44	
A	0,5%	Normal	50.382.516,90	2.752.185,11	53.134.702,01	(265.673,51)	56.215.384,59	(281.076,92)
B	1%	Normal	33.650.444,34	2.185.471,74	35.835.916,08	(358.359,16)	31.188.778,23	(311.887,78)
B	1%	Vencidas	145.571,19	-	145.571,19	(1.455,71)	345.351,96	(3.453,52)
C	3%	Normal	26.647.721,76	1.004.653,71	27.652.375,47	(829.571,26)	16.534.780,71	(496.043,42)
C	3%	Vencidas	840.214,44	-	840.214,44	(25.206,43)	305.624,33	(9.168,73)
D	10%	Normal	1.825.087,47	156.255,15	1.981.342,62	(198.134,26)	2.529.906,63	(252.990,66)
D	10%	Vencidas	129.104,11	-	129.104,11	(12.910,41)	231.864,29	(23.186,43)
E	30%	Normal	215.892,78	-	215.892,78	(64.767,83)	320.360,93	(96.108,28)
E	30%	Vencidas	126.488,75	-	126.488,75	(37.946,63)	89.435,66	(26.830,70)
F	50%	Normal	56.823,81	35.475,00	92.298,81	(46.149,41)	27.043,11	(13.521,83)
F	50%	Vencidas	370.486,55	-	370.486,55	(185.243,28)	46.880,72	(23.440,36)
G	70%	Normal	4.053,80	-	4.053,80	(2.837,66)	-	-
G	70%	Vencidas	204.397,03	-	204.397,03	(143.078,34)	175.126,10	(122.588,27)
H	100%	Normal	142.155,06	59.028,61	201.183,67	(201.183,67)	385.115,80	(385.115,80)
H	100%	Vencidas	996.319,06	-	996.319,06	(996.319,06)	391.778,29	(391.778,29)
Total Normal			138.459.152,04	7.976.888,90	146.436.040,94	(1.966.676,76)	130.199.340,44	(1.836.744,69)
Total Vencidos			2.812.581,13	-	2.812.581,13	(1.402.159,86)	1.586.061,35	(600.446,30)
Total Geral			141.271.733,17	7.976.888,90	149.248.622,07	(3.368.836,62)	131.785.401,79	(2.437.190,99)
Provisões			(3.210.689,73)	(158.146,89)	(3.368.836,62)		(2.437.190,99)	
Total Líquido			138.061.043,44	7.818.742,01	145.879.785,45		129.348.210,80	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dia):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	9.198.737,91	17.566.925,61	114.506.069,65	141.271.733,17
Financiamentos	500.497,08	1.328.341,35	6.148.050,47	7.976.888,90
TOTAL	9.699.234,99	18.895.266,96	120.654.120,12	149.248.622,07

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	13.992.451,56	5.678.300,69	19.670.752,25	13,18%
Pessoa Física	127.279.281,61	2.298.588,21	129.577.869,82	86,82%
TOTAL	141.271.733,17	7.976.888,90	149.248.622,07	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(2.437.190,99)	(1.870.998,53)
Constituições/Reversões no período	(1.736.727,05)	(1.249.353,40)
Transferência para prejuízo no período	805.081,42	683.160,94
Saldo Final	(3.368.832,62)	(2.437.190,99)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	767.663,08	1%	600.000,00	1%
10 Maiores Devedores	5.536.285,10	4%	5.364.500,11	4%
50 Maiores Devedores	21.992.333,61	15%	22.475.507,41	17%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.071.544,82	1.740.954,01
Valor das operações transferidas no período	805.081,42	683.160,94
Valor das operações recuperadas no período	(365.251,10)	(352.570,13)
Saldo Final	2.511.375,14	2.071.544,82



6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	136.262,48	-	94.885,96	-
Rendas a Receber (b)	312.441,22	-	48.661,79	-
Títulos e Créditos a Receber	37.090,88	-	18.060,58	-
Devedores por Depósitos em Garantia – cauções	-	56.770,66	-	38.501,00
TOTAL	485.794,58	56.770,66	161.608,33	38.501,00

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICCOOB, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Rendas de Convênios (R\$ 4.451,02), Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 299.056,02) e Rendas de Transações Interfinanceiras (R\$ 8.934,18);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 38.969,22).

7. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, totalmente registrados no Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(119.986,85)	(71.196,35)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(9.036,15)	(396,27)
TOTAL	(129.023,00)	(71.592,62)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	30%	Normal	-	-	-	2.078,08	(623,42)
E	30%	Vencidas	12.238,90	12.238,90	(3.671,67)	18.704,64	(5.611,40)
F	50%	Vencidas	12.128,66	12.128,66	(6.064,34)	-	-
G	70%	Vencidas	5.480,28	5.480,28	(3.836,20)	30.472,36	(21.330,65)
H	100%	Vencidas	106.414,64	106.414,64	(106.414,64)	43.630,88	(43.630,88)
Total Normal			-	-	-	2.078,08	(623,42)
Total Vencidos			136.262,48	136.262,48	(119.986,85)	92.807,88	(70.572,92)
Total Geral			136.262,48	136.262,48	(119.986,85)	94.885,96	(71.196,35)
Provisões			(119.986,85)	(119.986,85)		(71.196,35)	
Total Líquido			16.275,64	16.275,64		23.689,61	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos, totalmente no Não Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	192.578,79	111.903,71
TOTAL	192.578,79	111.903,71

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos totalmente do Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	22.625,22	14.657,31
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	64.289,77	66.015,14
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	618,00
Pagamentos a Ressarcir (a)	-	1.699.606,27
Devedores Diversos – País (b)	36.640,51	1.517,68
Material em Estoque	644,00	427,00
Despesas Antecipadas (c)	26.506,28	19.706,36
Sem Característica de Concessão de Crédito	(9.036,15)	(78,72)
TOTAL	141.669,63	1.802.469,04



(a) Valores de associados que solicitaram antecipação de numerários reclassificados em 2021 para numerários em trânsito.

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 6.354,63), Diferença de Caixa (R\$ 45,43), e Pendências – Avais e Fianças Honradas (R\$ 30.285,88);

(c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros e garantias estendidas

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Central BA	2.942.798,04	2.290.945,97
Banco Sicoob	1.174.833,59	1.040.188,10
TOTAL	4.117.631,63	3.331.134,07

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB**.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Instalações	10%	137.403,51	114.651,37
Móveis e equipamentos de Uso	10%	581.413,49	465.656,62
Sistema de Processamento de Dados	20%	462.061,37	388.614,23
Sistema de Segurança	10%	110.982,53	86.946,14
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		237.330,90	237.330,90
Total de Imobilizado de Uso		1.529.191,80	1.293.199,26
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(68.544,78)	(57.039,94)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(563.907,55)	(439.788,56)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(237.330,90)	(237.330,90)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(869.783,23)	(734.159,40)
TOTAL		659.408,57	559.039,86

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento de Dados	251.104,36	251.104,36
Total de Intangível	251.104,36	251.104,36
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(232.979,50)	(216.810,78)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(232.979,50)	(216.810,78)
TOTAL	18.124,86	34.293,58

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	25.899.714,89	-	19.356.778,02	-
Depósito Sob Aviso	2.524.991,04	-	3.318.766,31	-
Depósito a Prazo (b)	106.040.626,81	3.122.400,87	83.339.792,84	3.318.766,31
TOTAL	134.465.332,74	3.122.400,87	106.015.337,17	3.318.766,31

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	11.273.552,93	8%	8.985.447,53	8%
10 Maiores Depositantes	50.217.544,41	37%	34.646.732,07	32%
50 Maiores Depositantes	74.627.527,16	55%	55.892.830,37	52%



d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(76.144,16)	(112.761,05)	(90.047,44)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.353.787,23)	(4.521.688,58)	(1.842.904,95)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(48.064,19)	(55.122,73)	(2.915,37)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(97.830,12)	(182.705,39)	(131.862,26)
TOTAL	(3.575.825,70)	(4.872.277,75)	(2.067.730,02)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme (Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	5.014,87	1.615.266,99	-	248.624,22
TOTAL	5.014,87	1.615.266,99	-	248.624,22

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

15. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	100% CDI	10/2025	1.363.367,25	2.489.005,55	3.035.140,04	3.774.884,21
Bancoob	0,14% a 1,30% a.a	03/2026	7.530.757,14	10.575.981,64	8.290.100,32	13.100.397,36
TOTAL			8.894.124,39	13.064.987,19	11.325.240,36	16.875.281,57

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(852.209,36)	(1.386.706,93)	(390.990,37)
Cooperativa Central	(134.075,39)	(208.217,15)	(67.322,51)
TOTAL	(986.284,75)	(1.594.924,08)	(1.382.331,43)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos totalmente no Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	389.714,07	359.957,84
Obrig. por Aquisição de Bens e Direitos - Fornecedores	992,02	1.552,65
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	27.613,84	61,80
TOTAL	418.319,93	361.572,29

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos substancialmente registrados os valores a repassar relativos aos consignados com órgãos públicos (R\$ 389.714,07);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 27.140,22) e Operações com Títulos e Valores Mobiliários (R\$ 473,62).

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CRED EXECUTIVO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	95.896,73	1.223,74	59.719,91	418,14
TOTAL	95.896,73	1.223,74	59.719,91	418,14



Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	4.982.241,94	3.797.873,41
TOTAL	4.982.241,94	3.797.873,41

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto integralmente no Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	31.147,33	24.453,17
Impostos e Contribuições sobre Salários	144.754,79	120.011,98
Outros	18.405,49	23.232,94
TOTAL	194.307,61	167.698,09

20. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto integralmente no Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	1.038.056,66	702.787,09
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	5.755,47	26.957,96
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	512.291,04	745.311,93
Credores Diversos – Pais (c)	191.951,01	147.840,93
TOTAL	1.748.054,18	1.622.897,91

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos integralmente no Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	687.290,93	361.383,80
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	350.765,73	341.403,29
TOTAL	1.038.056,66	702.787,09

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual de 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

Sendo assim, o saldo atual está composto:

Descrição	31/12/2021
Saldo inicial	341.403,29
Utilização 2021	(126.918,95)
Destinação 2021	136.281,39
Saldo Final	350.765,73

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 340.867,08), Outras Despesas Administrativas (R\$ 168.741,44) e Outros Pagamentos (R\$ 2.682,52);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICCOOB (R\$ 109.228,19), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 7.286,45) e outros (R\$ 75.436,37).

21. Patrimônio Líquido

21.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	18.760.475,32	16.093.450,39
Associados	6.951	5.497

21.2 Reservas de Sobras

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, no percentual de 70%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2021, a Reserva Legal totalizava R\$ 10.839.137,26 (em 31/12/2020 representava R\$ 8.931.197,78).



21.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras líquidas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$1.308.687,23 destinados para a conta capital dos associados.

21.4 Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	2.725.627,83	5.234.748,89
Destinações estatutárias	(2.044.220,87)	(3.926.061,66)
Reserva legal - 70%	(1.907.939,48)	(3.664.324,22)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(136.281,39)	(261.737,44)
Utilização de Recursos do FATES	126.918,95	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	808.325,91	1.308.687,23

22. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 75% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 595.672,41. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

23. Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	13.173,79	19.812,28	9.405,64
Rendas de Empréstimos	8.898.011,12	17.191.556,56	16.149.655,98
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	66.735,41	121.156,43	89.521,73
Rendas de Financiamentos	451.965,83	707.138,63	299.740,34
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	185.465,18	365.251,10	363.388,24
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.209.686,33	1.623.484,78	701.043,68
TOTAL	10.825.037,66	20.028.399,78	17.612.755,61

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	(3.575.825,70)	(4.872.277,75)	(2.067.730,02)
Despesas de Obrigações por Empréstimos E Repasses	(986.284,75)	(1.594.924,08)	(1.382.331,43)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	746.265,16	1.317.095,67	1.305.091,57
Reversões de Provisões para Outros Créditos	11.000,21	13.702,71	28.096,35
Provisões para Operações de Crédito	(1.689.877,25)	(2.946.418,10)	(2.440.515,69)
Provisões para Outros Créditos	(84.126,79)	(180.997,60)	(129.407,00)
TOTAL	(5.578.849,12)	(8.263.819,15)	(4.686.796,22)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	211.397,17	373.130,36	284.535,30
Rendas de Outros Serviços	589.471,94	1.225.668,58	816.389,84
TOTAL	800.869,11	1.598.798,94	1.100.925,14

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	3.942,60	7.466,74	7.999,65
Rendas de Serviços Prioritários - PF	32.707,14	76.673,79	163.951,31
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	438.789,00	688.485,40	531.688,31
TOTAL	475.438,74	772.625,93	703.639,27

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(18.089,64)	(35.711,82)	(44.272,97)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(447.385,72)	(882.963,43)	(760.055,40)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(656.335,52)	(1.288.957,64)	(1.068.664,06)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(556.959,71)	(1.149.366,40)	(911.254,12)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.714.687,41)	(3.182.792,95)	(2.530.485,75)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(40,00)	(3.046,69)	(4.475,86)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(31.973,37)	(59.359,85)	(61.314,40)
TOTAL	(3.425.471,37)	(6.602.198,78)	(5.380.522,56)



28. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(23.899,94)	(43.958,15)	(31.403,79)
Despesas de Aluguéis	(139.880,66)	(279.264,81)	(190.402,66)
Despesas de Comunicações	(92.761,55)	(180.766,93)	(171.785,24)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(54.586,35)	(79.236,95)	(33.724,04)
Despesas de Material	(8.602,68)	(20.741,34)	(15.383,98)
Despesas de Processamento de Dados	(208.019,98)	(400.508,12)	(326.501,45)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(109.191,12)	(179.001,76)	(136.120,78)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(8.534,17)	(35.327,64)	(54.937,25)
Despesas de Publicações	-	-	(2.660,00)
Despesas de Seguros	(7.942,33)	(17.369,91)	(18.604,88)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(441.304,96)	(820.987,42)	(635.441,11)
Despesas de Serviços de Terceiros	(107.342,34)	(181.233,85)	(181.406,54)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(36.767,04)	(74.012,10)	(67.268,53)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(177.587,59)	(357.783,67)	(199.855,97)
Despesas de Transporte	(49.133,11)	(106.613,43)	(77.132,06)
Despesas de Viagem no País	(2.361,52)	(28.364,57)	(23.220,00)
Despesas de Amortização	(6.972,41)	(16.168,72)	(20.654,74)
Despesas de Depreciação	(70.115,76)	(135.623,83)	(119.137,17)
Outras Despesas Administrativas	(659.596,43)	(1.317.372,93)	(1.252.520,27)
TOTAL	(2.204.599,94)	(4.274.336,13)	(3.558.160,46)

29. Dispendios e Despesas tributárias

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Tributos Municipais	(76.490,85)	(96.577,96)	(86.002,29)
Despesas Tributárias	(25,31)	(262,33)	(695,67)
Desp. de Imposto s/ Serv. de Qualquer Natureza – ISSQN	(23.341,62)	(51.353,60)	(35.496,22)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(23.470,70)	(49.930,19)	(32.332,74)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(13.453,69)	(27.985,42)	(21.955,29)
Despesas de Contribuição ao PIS Receitas	(3.813,99)	(8.113,66)	(5.254,08)
TOTAL	(140.596,16)	(234.223,16)	(181.736,29)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	6.018,56	38.581,39	8.998,97
Recuperação de Desp. – Portabilidade RCO	30.308,41	75.199,69	55.137,94
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	-	4,00
Dividendos Banco Sicoob	-	25.130,54	66.564,72
Distribuição de sobras da Central BA	-	80.471,73	33.185,27
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	615,49	0,00
Outras rendas operacionais	7.511,29	23.392,53	9.961,42
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	302.174,36	569.504,35	376.869,46
Juros ao Capital Recebidos da Central BA	114.796,62	114.796,62	57.791,55
TOTAL	460.809,24	927.692,34	608.513,33

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(16.484,53)	(23.346,30)	(23.943,11)
Custos com Portabilidade – RCO	(56.266,95)	(152.152,49)	(241.974,22)
Descontos Concedidos em Operações Crédito	(10.810,47)	(89.420,12)	(164.931,35)
Passivos Contingentes	-	(23.755,97)	(9.602,05)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(39.573,62)	(59.171,00)	(33.183,87)
Outras Contribuições Diversas	(37.511,73)	(73.885,46)	(51.239,47)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(11.162,52)	(16.090,34)	(3.269,79)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(1.061,12)	(1.198,80)
Perdas - Fraudes Externas	-	(26.527,47)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(351,38)	(2.327,89)	(25.799,45)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(108.641,44)	(126.918,95)	-
TOTAL	(280.802,64)	(594.657,11)	(555.142,11)

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Garantias Prestadas	(107.342,69)	(156.382,64)	(77.467,10)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	80.139,40	119.400,22	67.376,93
TOTAL	(27.203,29)	(36.982,42)	(10.090,17)



33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

34. Resultado Abrangente

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução n.º 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício de 2021.

35. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN n.º 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	383.330,97	0,3909%	10.299,50
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	556.292,69	0,5673%	1.369,22
TOTAL	939.623,66	0,9583%	11.668,72
Montante das Operações Passivas	1.062.627,00	1,2617%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,7185%
Aplicações Financeiras	1,2617%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	14.853,85	964,48	3,0128%
Empréstimos	927.525,80	11.295,32	0,6640%
Financiamentos	52.023,16	134,30	0,6522%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	363.874,84	1,4178%	-
Depósitos a Prazo	2.044.262,89	1,8303%	0,7946%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	33.535,53	2,0697%	0,7215%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,1287%	46
Financiamentos	1,1000%	36
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	102,6283%	93
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2,2382%	86

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes devem ser aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	104.501,20
Financiamentos	101.440,00



e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de Outras Coobrigações	171.596,07	203.720,76

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(93.094,91)	(183.734,67)	(160.866,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(447.385,72)	(882.963,43)	(760.055,40)
Plano de Saúde	(12.476,88)	(22.676,22)	(53.549,44)
Previdência Complementar	(58.887,90)	(111.061,66)	(97.024,92)
Alimentação	(15.840,00)	(31.680,00)	(28.908,00)
Combustível	(3.326,40)	(6.454,80)	(6.351,60)
Seguro	(251,10)	(499,92)	(495,36)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2021	31/12/2020
383.335,06	322.786,23

36. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DA BAHIA LTDA - SICOOB CRED EXECUTIVO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiações (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas

pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL BA** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CRED EXECUTIVO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL BA** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL BA**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	41.076.798,83	30.530.083,43
Ativo - Investimentos	2.942.798,04	2.290.945,97
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	299.056,02	47.120,18
Total das Operações Ativas	44.318.652,89	32.868.149,58
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.852.372,80	6.810.024,25
Total de Operações Passivas	3.852.372,80	6.810.024,25

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL BA**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.209.686,33	1.623.484,78	701.043,68
Total das Receitas	1.209.686,33	1.623.484,78	701.043,68
Rateio de Despesas da Central	(371.987,05)	(812.211,18)	(879.292,53)
Total das Despesas	(371.987,05)	(812.211,18)	(879.292,53)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.



O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.



Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja



administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

37.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vincula-



ção de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;



e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n°. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	129.757.016,86	116.436.134,38
Patrimônio de Referência (RWARPS)	26.468.943,47	23.190.824,15
Índice de Basileia %	20,40%	19,92%
Razão de Alavancagem (RA) %	13,42%	13,74%
Índice de imobilização %	2,49%	2,41%

40. Demandas Judiciais

A cooperativa não tem provisão com demandas judiciais, porém segundo a assessoria jurídica do SICOOB CRED EXECUTIVO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 398.899,56. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.



41. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(44.062,47)	(85.565,39)	(72.629,41)
TOTAL	(44.062,47)	(85.565,39)	(72.629,41)

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2021.

Anderson Borges Sales
Diretor Administrativo

Alexandre Pataro Chagas de Oliveira
Diretor de Relacionamento

Valmir Lima Silva
Contador - CRC BA 023450/O-3

Mais que uma escolha FINANCEIRA.



Fazer parte do Sicoob é mais que contar com soluções financeiras completas e taxas mais justas para cuidar do seu dinheiro. É participar das decisões e dos resultados, promovendo o desenvolvimento de toda a comunidade por meio da cooperação.

Com os benefícios do cooperativismo, fica fácil escolher a sua instituição financeira.

CONHEÇA OS MOTIVOS PARA SE ASSOCIAR E ABRIR SUA CONTA EM:
[SICOOB.COM.BR/MAISQUEUMAESCOLHA](https://sicoob.com.br/maisqueumaescolha)



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111

Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24 horas: 0800 724 4420

Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h - ouvidoria@sicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h

 **SICOOB**



OPINIÃO DA AUDITORIA DE COOPERATIVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda - SICOOB CRED EXECUTIVO - Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda - SICOOB CRED EXECUTIVO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CRED EXECUTIVO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 25 de março de 2022.



Rafael Cavalheri Alexandre
Contador CRC 018041/O-2



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos no Estado da Bahia Ltda. - SICOOB CRED EXECUTIVO, no uso das atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e analisado o Relatório de Opinião dos Auditores Independentes da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, emitido em 25 de março de 2022, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

Salvador/BA, 30 de março de 2022.

Marcos Antônio da Silva Carneiro
Conselheiro Efetivo - Coordenador

Paulo Sérgio Neves da Rocha
Conselheiro Efetivo - Secretário

Luís Roberto de Sousa Gouvêa
Conselheiro Efetivo



DESTAQUES 2021

Mesmo em anos difíceis, realizamos coisas relevantes, afinal, essa é a nossa pegada, nossa Cultura Organizacional. Em 2021 não foi diferente, destacamos entre estas, o cumprimento de parte do nosso plano de expansão, com as aberturas dos nossos PA's de Vitória da Conquista e Lauro de Freitas. Nossos projetos sociais, frutos do 7º Princípio Cooperativista, que prega a "Preocupação com a Comunidade"; "Sicoob Coopersementes" e de "Apoio à Gestão da ABAE" (Associação Bahiana de Equoterapia), conquistaram o Selo do Instituto Sicoob, reconhecimento nacional sistêmico, que traduz nosso compromisso e atitude, com as demandas inclusivas dos membros mais carentes da nossa sociedade.



Agência de Lauro de Freitas

Vitória da Conquista e Lauro de Freitas na Bahia ganharam agências do Sicoob: com o propósito de disseminar justiça financeira, o Sicoob Cred Executivo inaugurou duas agências em 2021, nas cidades de Vitória da Conquista e Lauro de Freitas, na Bahia. As duas agências contam com um espaço moderno e aconchegante que se aproxima do conceito de casa. O objetivo é que os cooperados se conectem com a instituição e consigam usar os produtos financeiros de forma mais leve e consciente.



Agência de Vitória da Conquista



Palestras de Educação

Financeira: durante todo o ano de 2021 priorizamos por realizar palestras e clínicas financeiras, a fim de orientar e educar os cooperados e comunidade em geral. Atuamos em Escolas Municipais de Salvador, condomínios, órgãos públicos, plataformas virtuais, além de disponibilizar conteúdos nos canais digitais do Sicoob Cred Executivo.

Global Money Week: A GMW é uma campanha anual de conscientização global sobre a importância de garantir que crianças, adolescentes, universitários e jovens adultos estejam financeiramente conscientes e adquirindo conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e em última análise, alcançar o bem-estar financeiro e a resiliência financeira. A cooperativa participou da campanha na semana de 22 a 28 de março, realizando ações de conscientização em suas agências e canais digitais, divulgando o curso Se Liga Finanças ON para seus cooperados e e-books de educação financeira.

**GLOBAL
MONEY
WEEK®**



Semana do Investidor: World Investor Week (WIW), também conhecida como Semana Mundial do Investidor- é uma campanha mundialmente promovida pela Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO) e nacionalmente, promovida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da educação financeira e da proteção dos investidores, e dar destaque às iniciativas dessa área. Em 2021, a conscientização foi promovida do dia 04 a 10 de Outubro disseminando os temas: educação financeira, noções básicas de investimentos, finanças sustentáveis e prevenção contra golpes e fraudes financeiros.



Volta às aulas em Escolas Públicas: o retorno às aulas, pós *lockdown* pandêmico, precisou de orientações e cuidados especiais para crianças de escolas públicas. Desta forma, três escolas da capital baiana (Escola Municipal Dona Arlete Magalhães, Escola Comunitária de Canabrava e a ONG Centro de Vivências Nova Luanda) receberam o total de 2.330 kits de boas-vindas, com materiais escolares e dicas de cuidados pessoais.

Selo Instituto Sicoob – ABAE: o Sicoob Cred Executivo conquistou o segundo selo do Instituto Sicoob. Desta vez com o Programa “O Sicoob e a Equoterapia”, atividade em que se utiliza o cavalo como recurso psicoeducacional e terapêutico, visando promover a inclusão social dos assistidos pela entidade.





Programa Cavalo Marinho – inclusão é a nossa praia: em parceria com a ABAE – Associação Bahiana de Equoterapia, crianças e adolescentes com deficiência participaram de um momento com atividades lúdicas e terapêuticas, com direito a banho de mar assistido e muita diversão, na praia de Itapuã, em Salvador/BA.

Programa Papa-Pilhas e Baterias: alinhado aos princípios do cooperativismo e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, o Sicoob Cred Executivo passou a utilizar o Papa-Pilhas. A iniciativa visa sensibilizar a comunidade para a importância de se recolher pilhas e baterias usadas, de forma seletiva, dando a destinação correta para esses resíduos tóxicos.



Mês do Cooperativismo: No primeiro sábado de julho de cada ano, comemora-se o Dia Internacional do Cooperativismo. Em 2021, a comemoração foi no dia 3 de julho. Aproveitando a data, entre os dias 28 de junho a 30 de julho, o Sicoob Cred Executivo participou da Mês do Cooperativismo 2021, com a finalidade de propagar o cooperativismo, a educação financeira e fortalecer a cultura da cooperação, para dar visibilidade às boas práticas e exercitar o espírito solidário dos cooperados.



SOMANDO FORÇAS

Somos formados por pessoas diversas que acreditam em nossos valores e princípios e que compartilham o nosso propósito. Elas asseguram o sucesso das estratégias e ajudam a tornar o mundo um lugar mais justo e colaborativo, de pertencimento, com justiça financeira e prosperidade para todos. Em 2021 os nossos colaboradores colocaram em prática projetos estratégicos que possibilitam melhorar a experiência do cooperado no Sicoob, disseminar o cooperativismo e contribuir para a melhoria da educação em nosso estado.

SOMANDO FORÇAS PARA COOPERAR DE DENTRO PARA FORA

Projetos do Planejamento Estratégico 2020-2022:

O planejamento estratégico realizado no Sicoob Cred Executivo foi baseado na metodologia de Balanced Scorecard, que identifica os principais objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazos que a organização deverá alcançar para viabilizar o cumprimento de sua Missão Institucional e Visão de Futuro.

Os projetos estratégicos são a forma de tangibilizar a execução do Planejamento Estratégico. Parte-se do princípio de que somente obteremos resultados diferentes se pensarmos e agirmos de maneira diferente, com foco na estratégia e no alcance dos resultados institucionais. Conheça os projetos que serão concluídos até o final de 2022.



EXPANSÃO: O plano de expansão tem como objetivo ampliar a área de atuação da cooperativa com a abertura de cinco novos pontos de atendimento, localizados em cidades da Região Metropolitana de Salvador e municípios vizinhos, são elas, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Barreiras e Vitória da Conquista.

PA VIRTUAL: O projeto tem como foco principal otimizar o fluxo de atendimento ao cooperado, aplicativo WhatsApp, proporcionando maior conforto e comodidade para os mesmos, bem como celeridade nos processos. Ao proporcionar aos cooperados este novo modelo de atendimento, O Sicoob Cred Executivo espera superar o nível de satisfação dos cooperados e alcançar melhores resultados na carteira de produtos e serviços financeiros, evitando retrabalhos e mitigando possíveis erros operacionais.



SOU DIGITAL: O Sou Digital visa construir um novo comportamento de público e cenário da cooperativa. O projeto possibilitará a redução de trabalhos operacionais simples e promoverá a ascensão do autoatendimento, dando margem, também, para o desenvolvimento de consultorias e geração de negócios no âmbito virtual, sem deixar de oferecer o atendimento humanizado para os cooperados.



SICOOB EM MOVIMENTO: O Sicoob em Movimento é um projeto em construção que funciona a partir um veículo equipado com mesas, assentos, notebooks, televisores, impressoras e acesso à internet, para oferecer cursos profissionalizantes EAD e atendimento ao cooperado em comunidades de Salvador e Região Metropolitana.

PROJETO APLICATIVO: Projeto aplicativo tem como foco principal aprimorar a Gestão de conteúdo na cooperativa, promovendo a multiplicação de conhecimento adquirido nos treinamentos e capacitações para todos os colaboradores, não ficando retido apenas para o colaborador participante. Ao desenvolver o Projeto Aplicativo, daremos autonomia aos nossos colaboradores e aperfeiçoaremos os nossos produtos e processos.



COOPERSEMENTES: o Programa Coopersementes é um programa que iniciou as suas atividades em 2018 na Escola Dona Arlete Magalhães e tem como foco trabalhar a Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora.



COOPERSEMENTES

Até 2022, as ações do programa serão ampliadas para a Escola Municipal Comunitária de Canabrava, que tem como foco principal promover mobilidade social (capacidade de mudar a condição social) aos alunos participantes. Ao proporcionar a esses alunos o acesso a um espaço de aprendizagem, que ofereça oportunidades para o desenvolvimento de

comportamentos e atitudes que os empodere a uma postura diferenciada diante da vida, o Sicoob Cred Executivo acredita cumprir o seu papel social, tornando-se mola propulsora da evolução da

sociedade onde está inserida. A metodologia de aplicação do Programa de forma interdisciplinar proporcionará a construção de uma nova cultura, a partir do envolvimento dos pais, familiares, amigos e comunidade em geral.

SERMEAR: O projeto possibilita mais integração entre os colaboradores, oportuniza um espaço de descontração e fortalecimento de vínculos e da cultura organizacional.



NOSSA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Petronio Alberto da Fonseca - **Presidente**
 Osvaldo José Celino Ribeiro - **Vice-Presidente**
 Joaquim Amaral Filho - **Conselheiro**
 Afonso Cunha de Carvalho - **Conselheiro**
 Antônio Carlos Lins Gomes - **Conselheiro**
 Carla Pinheiro França - **Conselheira**
 Jorge Claudemiro da Silva - **Conselheiro**
 Jorge José Vireira da Silva - **Conselheiro**
 Ricardo Alonso Gonzalez - **Conselheiro**
 Zilca Lenira Oliveira Campos - **Conselheira**

CONSELHO FISCAL

Luis Roberto de Sousa Gouvea - **Efetivo**
 Marcos Antônio da Silva Carneiro - **Efetivo**
 Paulo Sergio Nees da Rocha - **Efetivo**
 Ilbabez Bomfim Silveira Filho - **Suplente**
 Pedro César Gaspar Dorea - **Suplente**

DIRETORIA

Alexandre Pataro - **Diretor de Relacionamento**
 Anderson Sales - **Diretor Administrativo**
 Joseane de Matos - **Diretora Operacional**

DELEGADOS

PA 00 – SEFAZ CAB

Marcelo de Azevedo Moreira - **EFETIVO**
 Nilza Crispina Macedo dos Santos - **EFETIVA**
 Olegário Miguez Gonzalez - **EFETIVO**
 Sizenando Gonzaga - **EFETIVO**
 Raphael de Freitas Soares Junior - **EFETIVO**
 Jurandir Bispo de Sena - **EFETIVO**
 Marcus Faria D'Avila - **EFETIVO**
 Silvio Romero Araujo Barbosa - **SUPLENTE**
 Iara Edilene Santos - **SUPLENTE**

PA 01 - SEFAZ TANCREDO NEVES

Eduardo Everton Rios Borges - **EFETIVO**
 Josias Menezes Neto - **EFETIVO**
 Antônio Luís dos Santos Palma - **EFETIVO**
 Maria das Graças Conceição - **SUPLENTE**

PA 02 - MINISTÉRIO PÚBLICO NAZARÉ

Aguida Pereira de Assis - **EFETIVA**
 Eliete Viterbo Sá - **EFETIVA**
 Pietro Badinni Magalhaes - **EFETIVO**
 Andrea Ariadna Santos Correia - **SUPLENTE**

PA 03 - MINISTÉRIO PÚBLICO CAB

Suzana Bispo de Oliveira - **EFETIVA**
 José Nascimento dos Anjos - **EFETIVO**
 Carlos Artur dos Santos Pires - **EFETIVO**
 Sandra Patricia Oliveira - **EFETIVA**
 Sandro Luis Pimentel Dantas - **EFETIVO**
 Maria de Fátima Campos da Cunha - **SUPLENTE**

PA 04 - SEFAZ FEIRA DE SANTANA

João Paulo de Freitas Souza - **EFETIVO**

PA 05 - SHOPPING PARALELA

Rita Maria de Goes Moreira Gomes - **EFETIVA**
 Daniella Silva Viterbo Sá - **EFETIVA**
 Juraci Lima Ribeiro - **SUPLENTE**

Projeto Gráfico e Diagramação
 Sebastião Lima

**QUEM TEM UM
RELACIONAMENTO
MAIS QUE
COMPLETO,
MERECE UM
BENEFÍCIO**

PLENO

Com o **Programa de Fidelidade PLENO**, os cooperados do **SICOOB Cred Executivo** que mantêm um relacionamento constante com a cooperativa tem ainda mais benefícios e resultados.



Seja PLENO, acumule pontos e consiga taxas ainda melhores, TEDs gratuitas, descontos na anuidade dos cartões e muito mais!

PLENO programa de fidelidade

SICOOB
Faça parte.

Central de Atendimento Sicoob
(Dúvidas relacionadas ao uso dos canais de autoatendimento) – Atendimento 24 horas
Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1111** | Demais localidades: **0800 642 0000**
Ouvidoria Sicoob | De segunda a sexta, das 08h às 20h: **0800 725 0996**
Deficientes auditivos ou de fala | De segunda a sexta: **0800 940 0458**



www.credexecutivo.com.br

 /sicooboficial

 /sicoobcredexecutivo

 @SICOOB_oficial

 /sicoob-confedera-o

 /sicooboficial